



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RUTE SANTOS DE JESUS

**TRAJETÓRIAS DE EX-COTISTAS DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

RUTE SANTOS DE JESUS

**TRAJETÓRIAS DE EX-COTISTAS
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

J56t

Jesus, Rute Santos de.

Trajétórias de ex-cotistas da Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Rute Santos de Jesus. - 2022.

42 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

1. Discriminação na educação. 2. Negros - Educação (Superior). 3. Programas de ação afirmativa na educação - Brasil. I. Universidade do Estado da Bahia - Ex-alunos. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 379.26098142

RUTE SANTOS DE JESUS

**TRAJETÓRIAS DE EX-COTISTAS
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Aprovada em: 15/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Igor Fonsêca de Oliveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a M.^a Luana Vanessa Costa Soares

Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer primeiramente a Deus e a minha ancestralidade, a todas que vieram antes de mim.

A Mainha, Maria D.D. Santos de Jesus e Painho, Abdias de Jesus, minha base e origem.

A minha orientadora Dra. Maria Cláudia que é chamada carinhosamente de MC. Ori, que deu caminhos.

Rodrigo Castro Downs, meu companheiro de vida, que em todos os momentos sempre esteve comigo. Obrigada por tudo a Mariana o elo, um ser de luz nas vida de todos, minha amiga e cunhada, Rita (Sogra) e William (Sogro) a minha gratidão por me acolher na família.

Minhas amigas da universidade pra vida, Denise Ramos e Paloma Anjos, obrigada pelas partilhas do bem viver, pelos debates e incentivos. E bem como nos ensina o feminismo negro, uma sobe e puxa a outra!

Prof. Dr. Helder Bonfim amigo e filho das Matas, meu parceiro de projetos e realizações e sua bolsista nossa caçula Geovana Lacerda!

Profa. Dra. Parteira Marylúcia Galvão e Profa. Dra. Ticiano Ramos obrigada por toda sabedoria do sagrado feminino.

Minhas amigas de vida inteirinha, Maiane, Inaiá, Luana, Lorena, Marcela, Lanai, Beatriz, Fernanda, Thamires, aos meus melhores amigos Cristiano Everson que sempre botou fé em mim. Mariana Reverte, minha trancista do Espírito Santo que vivenciou os momentos das dores e delícias da escrita, mexendo no meu Orí, cuidando da minha autoestima enquanto eu escrevia. A tod@s, muito obrigado, axé.

RESUMO

Este estudo buscou cumprir narrar trajetórias de ex-cotistas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a partir disso compreender as narrativas do próprio sujeito, como foram construídas essas trajetórias, isto é, as marcas, as singularidades e fatores que nela influenciam. A presente investigação/estudo teve como fundamentação teórica as contribuições de estudos desenvolvidos por Mattos (2003 e 2013) Gomes (2011) Gomes (2001) Domingues (2005) Ferreira (2013) autores que têm como base ações afirmativas, relações étnicas raciais e educação superior no Brasil. O artigo se constitui a partir da experiência de pesquisa investigativa da história dos primeiros e das primeiras cotistas do Brasil, a pesquisa se propôs a colher depoimentos a partir de questionários após a maioria das cotas, da política de acesso por cotas sociais e raciais na instituição. Hoje, surgem preocupações acerca de: Como é a vida dos ex-cotistas da Uneb? Quais os desafios do sistema? Onde estão essas pessoas? Como elas transformaram suas vidas? O que elas têm a dizer sobre suas trajetórias? Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram as entrevistas com os seis ex- cotistas da UNEB, sob três eixos fundamentais: vida familiar, vida educacional e vida profissional. A análise nos revelou a diversidade de olhares e modificações causadas pelas ações afirmativas, e o impacto que as cotas proporcionaram em gerações.

Palavras-chaves: Discriminação na educação. Negros - Educação (Superior). Programas de ação afirmativa na educação - Brasil. Universidade do Estado da Bahia - Ex-alunos.

ABSTRACT

This study sought to narrate the trajectories of former members of the Universidade do Estado da Bahia (UNEB), from which to understand the narratives of the subject himself, how these trajectories were built, that is, the brands, the singularities and factors that influence it. The present investigation/study had as theoretical foundation the contributions of studies developed by Mattos (2003) Moehlecke (2002) Gomes (2011) Gomes (2001) Domingues (2005) Ferreira (2013) authors based on Affirmative Actions, Ethnic Racial Relations and Higher Education in Brazil. The article is based on the experience of investigative research on the history of the first and first quota women in Brazil, the research proposed to collect testimonies from questionnaires after the quotas were of age, the policy of access by social and racial quotas in the institution . Today, concerns arise about: How is the life of former Uneb quota holders? What are the system challenges? Where are these people? How did they transform their lives? What do they have to say about their trajectories? The procedures used for data collection were interviews with the six former UNEB practitioners, under three fundamental axes: family life, educational life and professional life. The analysis revealed the diversity of perspectives and changes caused by affirmative actions, and the impact that quotas had on generations.

Keywords: Affirmative programs in Education - Brazil. Black people - Higher Education. Discrimination in Education. State University of Bahia - Alumni.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	METODOLOGIA	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
4	CAPÍTULO I - AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB: ANTECEDENTES, CONQUISTAS E PERCALÇOS	21
5	CAPÍTULO II - NARRATIVAS PLURAIS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DOS COTISTAS NA UNEB	24
6	CAPÍTULO III - O PÓS-COTAS: OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA POLÍTICA DE COTAS PARA A INSERÇÃO DOS EGRESSOS NO MUNDO DO TRABALHO	33
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	Referências	39

1 INTRODUÇÃO

A implantação das cotas na Universidade do Estado da Bahia, foi aprovada através de resoluções específicas do Conselho Universitário (CONSU) - Resolução nº 196/2002, obtendo vinte oito votos a favor, seguida de três abstenções e nenhum contrário, o que sinaliza forte apoio dos conselheiros à decisão tomada. Após esse processo, a política de cotas da instituição passou por algumas mudanças, para ampliação do público atendido e estabelecimentos de critérios que beneficiam mais os candidatos de baixa renda. (ANJOS E GUEDES, 2020, p.04) A efetivação do sistema de cotas foi em 2003, que inclusive é o mesmo ano da *Lei 10.639/03*, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todos os níveis de ensino.

Conforme Santos (2012) “A experiência pioneira da Uneb, a afirmação de um desejo. Se na Uerj ocorreu uma ebulição dos debates e na Uenf uma assimilação mais amena, na Universidade do Estado da Bahia se deu a afirmação de um desejo. Nessa instituição, a decisão pelas cotas foi da própria Universidade, onde majoritariamente a comunidade Unebiana estava favorável à sua adoção.”

Santos Apud Mattos (2006), “a Uneb foi pioneira na implantação autônoma do sistema de reserva de vagas para candidatos afrodescendentes em todos os cursos de graduação e de pós-graduação” (MATTOS, 2006, p. 167). Em 2003 a universidade era dirigida pela Reitora Ivete Alves do Sacramento, uma negra militante histórica do movimento social negro, que não mediu esforços em conduzir o processo na Instituição de Ensino Superior IES” (SANTOS, 2012, p. 10).

Como a UNEB é uma instituição que atua na vanguarda pela defesa dos direitos, à diversidade e à inclusão, em 2018 a mesma, estendeu a política de cotas para outras categorias sociais, conforme estabelecido na Resolução 1.339/2018. Atitude que pode ser considerada neste momento uma estratégia subversiva e uma transgressão aos regimes políticos e sociais vigentes no Brasil.

As cotas aprovadas naquele ano na UNEB não foram uma ação isolada. Elas resultaram de um longo processo de lutas encampadas pelo movimento negro brasileiro. De acordo com (Ferreira, 2013. p.50) ainda na primeira metade do século XX, diversas entidades negras organizaram escolas de formação, com caráter beneficente, a maioria subvencionada pelos próprios associados, algumas pelo Estado, podemos citar como exemplo o Movimento Negro Unificado – MNU, o Teatro Experimental do Negro – TEN, a Frente Negra Brasileira - FNB, e outras organizações negras.

Ainda segundo Ferreira (2013), na década de 80 no Brasil, o Movimento Negro trouxe à tona o debate sobre acesso à educação e ao trabalho específico para pessoas negras, que se refere ao acesso à educação, a exemplo do ensino gratuito para crianças, jovens negros nas instituições de ensino básico e universitário, pois foram excluídos por causa de discriminação e da pobreza.

Bem como, aponta Gonçalves (2000):

Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre presente na agenda desses movimentos, embora concebida com significados diferentes: "ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano" (GONÇALVES, 2000, p. 337).

Entre os séculos XX e XXI os movimentos negros assumiam as reivindicações da educação como crucial para reverter a conjuntura desfavorável vivida pelos negros no Brasil. Conforme Gonçalves et al (2000) a luta do movimento negro passa a ser voz ativa questionando o estado brasileiro, reivindicando acesso à educação de qualidade para os negros, nos anos 90 o MN passam a protagonizar suas próprias organizações negras, aumentaram as ações de direito na sociedade e pautar a educação antirracista para combater a discriminação racial, re)criando métodos de valorização do povo negro.

Dessa forma, deve-se considerar que as políticas públicas de ação afirmativas no Brasil, começa com os movimentos sociais negros desde o século XX. Negar as questões raciais sempre foram características do racismo no Brasil, uma sociedade que é racializada, que enfrenta questões identitárias e o racismo estrutural. Para Ferreira (2013, p. 232) "o racismo afeta as relações interpessoais, pois distorce as autopercepções, interrompe ou des-potencializa trajetórias profissionais, acadêmicas e atua diretamente, de modo negativo, no desempenho escolar de milhões de crianças e jovens."

Em 1997 a ONU - Organização das nações unidas aprovou a III Conferência mundial contra o racismo a discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância que aconteceu no ano de 2001 em Durban, África do Sul. A decisão que o Brasil tomou, após intensos debates e forte pressão da sociedade civil brasileira, foi a de implantar cotas raciais e sociais em universidades públicas com o objetivo de diminuir a desigualdade histórica e estrutural que impediam negros e pobres de acessarem a educação superior.

O marco histórico do século XXI que chamou atenção da sociedade civil brasileira, com

destaque para a mídia, foi a decisão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro de determinar que 50% das vagas dos cursos de graduação nas universidades públicas geridas pelo estado do Rio de Janeiro deveriam ser destinadas aos estudantes originários de escolas públicas, através da Lei estadual de nº 3.524/2000. Em 2001, foi aprovada a Lei 3.708/2001, que destinava 40% das vagas para candidatos que se autodeclarassem negros, surgiram assim as cotas raciais, ambas leis foram transformadas na Lei 4.151/2003¹.

Portanto, no eixo sudeste do país a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, foram as primeiras universidades a utilizar autonomia universitária para implementar as políticas de ações afirmativas beneficiando as populações historicamente marginalizadas. A partir daí foi sistematizada a Lei de cotas no estado do Rio de Janeiro. A Universidade Estadual da Bahia - UNEB, foi a primeira instituição na Bahia a declarar oficialmente a adoção das cotas, ampliada, inclusive, à pós-graduação. O processo de implementação das cotas raciais na UNEB, em 2003, foi aprovado pelo Conselho Universitário e deliberado através da sociedade civil organizada na Bahia que já estava vinculado à universidade.

Portanto, as primeiras tomadas de decisões sobre a adoção de cotas com recorte de raça e classe foram das universidades estaduais do país e em 2012 foi aprovada a Lei nº 12.711/2012 que instituiu no país a medida que regulamenta as universidades públicas federais e institutos federais a reservarem metade das vagas para estudantes oriundos de ensino/escola pública, pretos, pardos e indígenas.

No momento em que as cotas foram instituídas como uma política institucional o contingente de alunos pretos e pardos (negros) que frequentavam a universidade era de 17,21% e hoje a representação dessa população segundo os dados do censo IBGE (2000), era de 45%.² O que mostra a desigualdade socio-racial no ensino superior. Mesmo depois de dados e comprovações sobre a real necessidade dessas medidas há e houve quem se opusesse a tais políticas, alegando que as ações afirmativas gerariam discriminação racial no Brasil.

Contudo, a criação das cotas, como já citado anteriormente, resultou da ação organizada de parte da sociedade civil, com destaque para as entidades negras que em diálogo com os governos democráticos que ascenderam ao poder nas primeiras décadas do século XXI e se comprometeram em corrigir, reparar, minimizar diversas “injustiças históricas”, resquício do período escravista que resultou em um menor acesso ao ensino superior e menores

¹ Lei da ALERJ que beneficiou os grupos como, I - oriundos da rede pública de ensino; II - negros; III - portadores de deficiência. LEI DE 2003.

² Síntese de Indicadores Sociais: uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.

oportunidades no mercado de trabalho para pessoas negras e indígenas.

A expectativa criada em torno da política de cotas era de que em alguns anos o panorama de sub-representação de pessoas negras no ensino universitário mudasse e houvesse uma maior inclusão de pessoas negras em empregos e espaços de maior prestígio econômico e social. Nas duas últimas décadas, a representatividade negra cresceu cerca de quatro vezes na universidade.

Nesses 20 anos, a população majoritariamente no Brasil é negra, somados a pretos e pardos e pela primeira vez da história, o quantitativo populacional representou a maioria da população e isso gera muitas reflexões e resultados significativos. Segundo Tatiana Silva, pesquisadora do IPEA que realizou uma pesquisa publicada em (2020) o percentual de discentes negros nas instituições federais de ensino superior (pretos e pardos) subiu de 34,2%, em 2003, para 51,2%, em 2018. (SILVA, 2020. p. 15).

A pandemia tem afetado de forma direta e indireta o contexto e a vida das pessoas há aproximadamente dois anos. Desse modo torna-se visível as novas formas de viver e como estas tem prejudicado em diversas esferas, educacional, política, social, racial, etc., transformando-os e evidenciando um cenário de desigualdade entre negros e brancos no Brasil. Dessa maneira: “O Ministério da Saúde já havia apontado altas taxas de mortalidade por COVID-19 entre os negros, uma categoria que inclui pessoas que se identificam como “pretas” e “pardas” no censo demográfico” (ABRASCO, 2021. p.9).

Percebe-se que existe uma ausência de medidas e políticas públicas que auxiliem de forma direta, para minimizar as disparidades, a rotina dos indivíduos vem mudando cotidianamente, sob uma ótica de um governo negacionista, que pouco pareça ter se importando com a dimensão do problema, contribuindo de forma direta para que a vacina chegasse de forma tardia para a população brasileira, ocasionando a morte de milhões de indivíduos em sua maioria negros, conforme ratifica O IBGE:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção dessas populações no Brasil é de 10 brancos para 13 pretos ou pardos. No caso das internações pela doença, há um equilíbrio: negros representam 49,1% dos internados por Covid-19, enquanto brancos representam 49%. Mas na análise das mortes, o descompasso aparece, pretos e pardos representam 57% dos mortos pela doença, enquanto brancos são 41% dos mortos. (CNN Brasil, 2020).

Em alguns países a pandemia é enfrentaram de modo mais enérgico o período pandêmico, dessa maneira alguns países parecem aos poucos que estão voltando uma parte da rotina pré-pandêmica, porém a realidade Brasileira é outra, principalmente aos indivíduos menos favorecidos e negros, oriundos dos diversos espaços periféricos, sejam estes de bairros

periféricos, de comunidade quilombola, ribeirinhos, entre outros grupos tidos como minoritários que desde Fevereiro de 2020 o país enfrenta de maneira caótica a pandemia da COVID-19, o país que elegeu o governo Bolsonaro, depois de se instaurar em várias crises.

O trabalho propõe-se analisar as contribuições e impactos das políticas de cotas, adotadas pela Universidade Estadual da Bahia ao longo desses 20 anos de ação afirmativa implementadas na construção de uma sociedade que democratiza a educação, evidenciando a juventude negra como protagonista na escrita de sua própria história a partir das narrativas de seis ex-cotistas colhidas em entrevista.

O objetivo deste trabalho é descrever trajetórias de egressos cotistas negros da UNEB, com isso, analisar os impactos sociais e econômicos pós formação com destaque para o mercado de trabalho. De que maneira as cotas impactaram na vida objetiva e subjetiva dos primeiros cotistas negros e negras da UNEB? Após 20 anos de ação afirmativa, onde estão, e como estão esses sujeitos? Além de entender como se deu a trajetória e como eles estão, pretende-se, narrar a história das cotas raciais na UNEB a partir do ponto de vista dos egressos, verificar/identificar se houve referências da história (pessoal ou coletiva) e se serviu para a permanência no curso e apresentar os impactos sociais e econômicos de ter sido um ou uma cotista negro(a) pela UNEB antes e depois da formação.

Dessa forma, este estudo tem o interesse em mostrar o que as cotas significaram na trajetória dos primeiros beneficiários desta política pública na Universidade do Estado da Bahia, estes referenciados como “cotistas”. Pretende-se analisar de que maneira a inserção desses estudantes autodeclarados pretos e pardos (negros/as) na universidade influenciaram nos processos de construção de suas identidades raciais, seja na trajetória universitária, seja no âmbito profissional.

2 METODOLOGIA

O principal conjunto de fontes dessa pesquisa são as entrevistas elaboradas para a obtenção das narrativas. Para a escolha dos entrevistados, fiz uma seleção com base nas respostas semelhantes nos indicadores como modalidade de ingresso. Para obtenção de provas se os estudantes eram cotistas ou não cotistas, foi levado em consideração o ano de entrada, o curso e o campus.

Após ter feito um levantamento, filtrei pessoas que chamaram atenção em relação ao ano de entrada, emprego atual e maneira como se auto descreveram, busquei identificar as tramas, tensões e conflitos presentes nas trajetórias, visto que o objeto central da pesquisa é a identificação dos impactos das cotas na vida objetiva e subjetiva dos primeiros cotistas da Universidade do Estado da Bahia. Em face do que foi abordado, se faz necessário situar este trabalho como uma pesquisa qualitativa, na qual a pesquisadora vê o cenário e as pessoas a partir de uma perspectiva também holística, imbricando, raça, classe, gênero e outros marcadores sociais

Os métodos escolhidos foram história social - história oral - narrativas, assim a pesquisa foi feita a partir de algumas etapas, realizou-se um recorte para delimitação do *corpus* composto por materiais de história, artigos, entrevistas assim por meio de uma revisão metodológica de cunho bibliográfico a ser analisado. Para atender esse objetivo, esse estudo ampara-se nos trabalhos desenvolvidos por: Pollak (1992) Pollak, (1996), Manzini (2004), Bruner, (2002), Spivak, (2010) entre outros. Assim, a partir das etapas do trabalho foi possível se pensar em várias fontes, possibilitando escrever narrativas que nos possibilitem compreender as trajetórias das ex-cotistas.

Sobre a participação da entrevistadora, precisou-se intervir em algumas falas, geralmente emendando uma pergunta a outra ou falando sobre os mesmos pontos, mas nada que comprometa as entrevistas, da parte da entrevistadora, houve escuta ativa e estímulos à memória com respeito a história de cada um, gostaria que o cenário não tivesse interrupções, mas precisava cumprir o roteiro estabelecido para obter respostas. Em alguns momentos peguei-me com olhos marejados e voz embargada de admiração e também de frustração.

Ainda no campo metodológico da história oral, utilizamos como ferramenta de trabalho a técnica de entrevista semiestruturada, que de acordo com Manzini (2004, p.30), está focada em - um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas das entrevistas. A exemplo das perguntas norteadoras, foram três perguntas direcionadas a momentos

específicos da trajetória pessoal, a escolar, universitária e o mercado de trabalho, todas as fases perpassam as questões das cotas, pré cotas, permanência e pós cotas.

Como as perguntas eram muito abrangentes e amplas, por muitas vezes os depoentes passavam a falar sobre outros fatos da vida pessoal, o que fazia com que as respostas ficassem muito longas e acabavam entrando em outros contextos que infelizmente ele (a) precisavam ser contextualizados com a próxima pergunta, percebi que todas as perguntas foram claras e objetivas, facilitando o diálogo entre entrevistado e entrevistador, seguindo o roteiro de forma prática, conforme Manzini (2004), e esse tipo de entrevista a (semi- estruturada) pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma sistematização.

Geralmente a entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos. (MANZINI, 2004, p. 74)

Para uma compreensão mais profunda dos sujeitos históricos investigados, as narrativas foram analisadas por um referencial teórico que contém teorias que contemplam as narrativas. Ressalto que busco compreender as trajetórias de maneira individual, intercruzando as histórias em teorias que nos reflete o cotidiano acadêmico, cada ex- cotista, suas potências, fragilidades, crenças e costumes, refletindo sobre vivências dentro e fora da academia que permitem entender o passado e construir um futuro. Os entrevistados(as) revelam aspectos significativos sobre suas histórias, linguagens e memórias.

O grande desafio da pesquisa foi traçar um perfil para os entrevistados a partir de suas narrativas, faço uma análise de trajetórias nas categorias que são bastante discutidas na História e nas Ciências Sociais, em geral nas pesquisas em Humanidades. De acordo com Bruner (2002) narrativas é projetada em uma continuação de acontecimentos, ou seja, uma série de fatos mentais, podemos considerá-las como memórias contidas em momentos envolvendo pessoas podendo ser verdade ou não ainda assim, não perde o poder como/da história.

Sem diminuir a importância do ser humano, da sua linguagem e do seu significado. Para o autor nós somos munidos de saberes mentais ou o que ele chama de “teoria da mente”, que apontado como acoplado de habilidades ou predisposição de interpretar o modo social de maneira singular a partir das nossas interpretações, que são pertinentes para pesquisadoras que dão vozes aos pesquisados em estudos que compõem narrativas.

Desse modo, ressalto que essa pesquisa é fruto da investigação de uma pesquisadora que é de um ambiente social evidenciado pela mudança das cotas e compreende o espaço pesquisado, conforme evidencia Spivak, (2010), que aborda a representação do sujeito rejeitado pela conjuntura do discurso do Terceiro Mundo. Em resumo, ela explica que ao subalterno, as questões são colocadas como representação política e social, diante de interesses hegemônicos direcionados a determinados grupos sociais.

Não há imposição de uma verdade e sim uma provocação para reflexão proposta para grupos que o processo histórico impôs posições subalternas. Nessa perspectiva, falar de cotas é sobre o meu lugar de fala³, de acesso, ascensão e (re)existência, um movimento que rompe com a hierarquia na inserção, permanência e saída da universidade pública que compõem o cotidiano de minhas relações como estudante, mulher, negra, cotista, cidadã e pesquisadora.

³ Djamilia Ribeiro, conceitua que lugar de fala é ter a consciência de que o sujeito tem um papel nas suas lutas, se colocando como protagonistas na discussão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Artigo 2.º do Estatuto da Igualdade Racial (2019), explicita que tanto o Estado quanto a sociedade civil têm o dever de garantir a igualdade de oportunidades, o direito à participação nas atividades educacionais e culturais, entre outras, e, o reconhecimento de todo cidadão brasileiro, independentemente de sua etnia ou cor da pele.

Para Azevedo (2004), combater o racismo pressupõe a definição de políticas de ação afirmativa que estabeleçam cotas raciais com intuito de contemplar de forma positiva o negro. Desta maneira, considerando a Constituição, é importante salientar que a construção de uma sociedade democrática permite um olhar específico no que se refere a questão da intervenção do Estado no cotidiano da sociedade civil.

Gomes (2001) aponta que a partir do Direito, mostra que as ações afirmativas são deliberadas e entendidas como categorias de políticas públicas e privadas de estrutura optativo, idealizadas como propostas antirracistas combatendo a discriminação de gênero, deficiência, raça e classe de acordo a realidade local. Nesse sentido ela vem para recriar a perpetuação de modo de viver de populações que historicamente foram subalternizadas e marginalizadas, garantindo que essas populações sejam tratadas com justiça e equidade, garantindo através das ações afirmativas educação, emprego e bem viver.

As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico tem como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. (GOMES, 2001, p. 6-7.).

Podemos compreender que as ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo e conquistadas pelo movimento social e, recentemente, aplicadas pela iniciativa privada, a exemplo de vagas e processos seletivos de empregos, com o intuito de reparar a discriminação racial latentes na sociedade brasileira. As ações afirmativas podem e devem ter o viés de reverter a representação negativa dos negros, promover igualdade de oportunidades para combater o racismo.

Necessário ressaltar que políticas públicas são de caráter de inclusão social, as ações afirmativas ação afirmativa, se legitima por leis nacionais representação legal do povo e estruturada pela constituição, considerada ou chamada de “Constituição Cidadã” (Santos et al 2008). São parte dos debates contemporâneos que devem ser pautados por responsabilidade e compromisso da sociedade brasileira às atuais reivindicações políticas. Por isso, é dever do Estado se comprometer com realizações sólidas que declarem boas intenções, convicção e compromisso com os programas pontuais para os grupos sociais. É importante afirmar que as ações afirmativas não podem ser vistas como um benefício ou algo injusto e sim como uma política de reparação em medida provisória para combater as injustiças e assegurar os direitos dos grupos das minorias.

Santos, (2012), traça uma linha do tempo, narrando os acontecimentos históricos, que levaram à construção das Políticas de Ações Afirmativas (PAA) no Brasil e nas Universidades pioneiras, UNEB e UERJ desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 a Durban em 2001. Para o autor, ambos eventos tiveram contribuição da sociedade civil, movimentos negros e organizações. O mesmo aponta como a partir da inserção da política de cotas o ensino superior brasileiro passa ser mais democrático no acesso a universidade, deixa de ser um espaço elitista e segregador e passa a ser um espaço plural e de todos.

Ainda de acordo com Santos (2012) não basta só ter vagas limitadas no ensino superior, precisa-se entender as políticas de ações afirmativas no Brasil como formas de mudar significativamente as estruturas educacionais na educação básica e superior, é fundamental criar mecanismos que no mínimo contribuam para a permanência dos estudantes, levando em consideração que todos têm quase o mesmo perfil socioeconômico. Portanto, com a ampliação de cotistas nos IFES (Institutos de Federais de Ensino Superior) seria necessário também a expansão dos PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), o aumento de bolsas de Iniciação Científica e de outros programas de auxílios.

Santos (2012) reflete 10 anos de cotas através de uma fonte histórica *A carta do Rio (2012)*, considera que estamos vivenciando uma nova e importante etapa no desenvolvimento das PAA no Brasil. Porém não se trata do desfecho deste processo, e sim de como os intelectuais, os movimentos sociais e os gestores institucionais fazem um novo modelo de como colocar em prática e permanência dessas políticas. No mesmo ano, na UERJ e na UNEB, se comemorava 10 anos das cotas no país, onde se constatou que havia inúmeras dificuldades que não foram superadas e as ações afirmativas ainda enfrentavam preconceitos e incompreensões que poderiam colocar em risco as conquistas até ali alcançadas. (SANTOS, 2012, p. 307)

(Mattos et al, 2013), falam sobre os dez anos de ação afirmativa na UNEB, do

desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas 2003 a 2009, fazem uma análise e avaliação do percurso e desenvolvimento de cotistas e não cotistas na UNEB. Respondem perguntas problematizadas de três diferentes campus da UNEB, em cursos diversos que representam os cursos de alto e baixo prestígio social, como por exemplo Direito e Pedagogia, pelo que podemos observar na pesquisa, a definição de alto e baixo, quem faz são os indicadores sociais.

Traçam um quadro comparativo elaborado pelos pesquisadores, o qual não se identifica quase nenhuma distância entre as notas de rendimento acadêmico dos não optantes e dos optantes das cotas raciais. Esse balanço é um levantamento de dados sobre os 10 anos de cotas raciais na UNEB, com apontamentos de avanços e desafios. Em geral, diz que “o resultado mostrou que o desempenho acadêmico dos discentes optantes pelo sistema de cotas variou em relação aos estudantes não optantes, como era de se esperar, no entanto essa variação se deu, aleatoriamente, para maior ou para menor, não havendo uma regularidade de variação capaz de despertar avaliações hierarquizantes.” (MATTOS, 2013. p.17)

Portanto, compreende-se que através do levantamento de dados resultantes da pesquisa, nas notas finais de semestre, as quais habilitam os alunos a serem aprovados ou reprovados, houve poucas variantes como diferença de décimos ou de centésimos, e que as cotas não provam que o indivíduo tem menos ou mais capacidade, se trata de uma equidade de oportunidades e chances para se autodesenvolver e contribuir numa sociedade onde o indivíduo se reconheça, sendo menos desigual, mais justa e coerente na disputa entre alunos negro oriundos de escola pública e um aluno branco oriundo de ensino privado.

A reserva de vagas para candidatos negros na UNEB se mostrou e se mostra, até esse momento, acertada de acordo com (MATTOS, 2013. p.18) “as demandas contemporâneas a favor da democratização racial, ampliação social do acesso à educação superior na sociedade baiana e brasileira, bem como conforme a manutenção necessária dos padrões mínimos de qualidade e excelência exigidos de todas as universidades.”

Petrônio Domingues (2005), analisa sobre ações afirmativas para negros no Brasil com o início de uma reparação histórica, a relação com o benefício da população negra, descobrir e questionar as críticas opostas às cotas raciais. Domingues afirma que “O Brasil é o país da segregação não declarada. Todos os indicadores sociais ilustram números carregados com a cor do racismo.” tece uma linha do tempo do início do termo e conceito de ação afirmativa nos EUA, passa pela III conferência mundial em Durban, na África do Sul, até as implementações das cotas raciais no Brasil, mais especificamente na UERJ.

Em síntese, a concepção do autor observa que a proposta de cotas não é um fim e sim o

meio, ou seja, uma medida transitória para um Brasil mais progressista. Ele conclui que a comunidade negra não conseguiu avançar em processos educacionais e que, todos os argumentos contra as cotas têm respostas sólidas, embasadas teoricamente e por meio de pesquisa e prática.

Ele ainda especifica que o problema de aceitar, ou não, às cotas é um problema de racismo enraizado na sociedade brasileira, “a política de cotas, decreta o fim do mito da democracia racial.” A razão do exposto é que pela primeira vez o Estado brasileiro tem por medidas de ação afirmativa uma reparação na história dos negros nesse país. “pela primeira vez na história do Brasil, acena-se romper com a barreira do silêncio sobre o racismo.” Porque quem se opõe às cotas e não apresenta propostas compensatórias apenas, compactua com a exclusão e racismo.

4 CAPÍTULO I - AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB: ANTECEDENTES, CONQUISTAS E PERCALÇOS

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) figura como uma das maiores instituições públicas de ensino superior estadual do Brasil e a do estado da Bahia. Fundada em 1983, na cidade de Salvador, está vinculada à Secretaria da Educação (SEC). Os campus da UNEB estão geograficamente em todas as regiões do Estado, portanto trata-se de instituição multicampi com cerca de 26 campus sendo assim, 29 Departamentos espalhados pelos diversos territórios do Estado da Bahia, dessa maneira a UNEB tem um dos maiores projetos de interiorização do Brasil, com campus nas seguintes cidades do interior da Bahia: Alagoinhas, Juazeiro, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetité, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Conceição do Coité, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Camaçari, Brumado, Ipiaú, Euclides da Cunha, Seabra e Xique-Xique.

No ano de 2002, em Salvador - Bahia, na Universidade do Estado da Bahia, a ex reitora Ivete Sacramento fez uma fala no Jornal local da Bahia falando sobre o passo importante que a UNEB havia dado, e acabou recebendo uma carta racista que dizia o seguinte:

Distinta crioula,

Achei ridícula a sua pretenciosa aparição no BATV desta manhã, enfocando os 40% de vagas para negros. Vá se tratar, mulher! Se eles, negros, esvaziam as salas de aula, e lotam as cadeias, é por instinto e maldade, típicos da raça negra mesmo. Que não tem educação, princípio, nem quer ser gente.

Invés dessa idiota questão, porque não procurar criar mais bibliotecas, postos policiais e trabalho? Quem sabe não esteja aí a questão. Negro só gosta de pagode, devassidão, músicas idiotas, mexer a bundinha, violência, falta de modos, perversidades. Pode crer. No meio de cem, se tira um que seja digno de ser chamado de gente. O resto é só confusão. Deus me livre!

Vocês é que andam, mexem e ficam mexendo nessa ferida, que nunca vai ter cura. Afinal, essa mancha já está encruada entre nós. Tomara que esses 40% não passem. E mostre para vocês que não é culpa dos brancos. E, sim, burrice deles, que não tem preparo. Afinal, ser gente é privilégio de poucos. Não é para todo o mundo.

Se toca! Vá procurar trabalhar de outra forma mais consciente e adequada em prol dos negros, não falando merda na TV. Que eles, os negros, se esforcem, se eduquem e se limpem. Aí serão bem vistos, com outros olhos.

Salvador 23/07/2002 (Carta recebida pela professora Ivete Sacramento, primeira reitora negra de uma Universidade do Brasil, um dia após a aprovação do Sistema de Cotas da UNEB).⁴

Nesse contexto entende-se que os lugares de poder são hegemonicamente brancos, e lê-se na carta o absurdo que é para a pessoa, possivelmente branca, que descreve a perda

⁴ Carta (anônima) racista enviada para professora Ivete Sacramento no dia 23/07/2002 A carta se encontra no site da Agência UNEB de Comunicação.

institucional destes privilégios, e com isso surgem as barreiras em defesa dos privilégios. Conforme Bento (2002, p.15) aborda, “as barreiras interpostas aos processos de mudança na distribuição de negros e brancos no espaço institucional são barreiras fortes, profundas, que não cedem com facilidade. A dimensão primária das forças que estão em jogo de ganância, soberba e voracidade, combina-se com instâncias mais circunstanciais, medo do desemprego, das "minorias" e da violência, e esta combinação, caracteriza alianças fortes e resistentes.”

Na linguagem simples, a autora diz que a formação dos brancos racistas é ter o controle da dinâmica do poder, mantendo as estruturas racistas sobre a sociedade a qual os beneficia. 10 anos após a implementação das cotas na UNEB, Ivete Sacramento é homenageada pelo pioneirismo das cotas na Bahia, após as cotas a lei de cotas em 2012, e reforça a pauta dizendo:

Na época fomos tidos como autoritária. Ninguém sabia de fato o que eram ações afirmativas, o que eram medidas de reparação e porque estávamos buscando pôr em prática as cotas. Mas tínhamos o respaldo de uma realidade denunciada por uma pesquisa do IPEA, mostrando que apenas 1% dos negros estava nas universidades. Fiz uma pesquisa semelhante na UNEB. Num universo de 55 mil vestibulandos, apenas 1.500 se declararam negros, dos quais apenas 116 foram aprovados. Precisávamos agir e a UNEB se tornou a primeira universidade a colocar em prática o sistema de cotas”, ressalta Ivete Sacramento, a primeira negra a ser reitora de uma universidade brasileira.⁵

UNEB em 18 de julho de 2002 aprovou o sistema de cotas para o acesso aos seus cursos de graduação e pós. Assim, ficou reconhecida como uma das primeiras universidades públicas, especificamente a segunda do Brasil, logo depois da UERJ garantir o direito de negras (o) a entrarem no ensino superior pelo sistema de cotas. A decisão do CONSUNI – UNEB colocou em destaque a discussão sobre racismo, cotas e raça e ações afirmativas em todo o país principalmente no âmbito acadêmico.

No ano de 2007, os estudantes indígenas tiveram sua resolução registrada no sistema de cotas, através da Resolução 468/2007. Os movimentos sociais brasileiros fizeram com que as universidades assumissem o papel de responsabilidade com as diversidades, colaborando para dissolver as desigualdades sociais e educacionais que provém do racismo, do capitalismo, do sexismo e todos os tipos de fobias, dando um passo importante no que tange à educação superior, democrática, inclusiva e popular.

As universidades nesse contexto de ações afirmativas, começaram a se mobilizar criando planejamento estratégico para melhoria de gestão criando a pró reitoria de políticas de ações afirmativas pois é evidente que seria necessário um acompanhamento das políticas afirmativas

⁵ Fala da professora Ivete Sacramento, ex reitora da UNEB, homenageada pela casa do comércio. Disponível em: <[Ivete Sacramento recebe homenagem pela vitória das cotas na UNEB](#)>

estudantis, cotas, permanência, extensão e pesquisa, nas categorias de classe, raça e gênero etc.

As ações realizadas pela UNEB e em outras instituições públicas de ensino superior brasileiro em torno do acesso à educação formal da população negra, têm caráter pedagógico, sendo assim, as instituições assumem diariamente a responsabilidade de produzir epistemologias de variados saberes que serão pedagogicamente pelos sujeitos envolvidos. Para além de uma construção curricular disposta institucionalmente, há a construção de trocas marcadas pela presença de sujeitos que compõem espaços, assim a medida em que há a manutenção das opressões, pode haver também a proliferação das lutas sociais.

No atual cenário nacional brasileiro, é pautado o projeto de lei que reavalia as cotas raciais, PL. 4656 de 2020, proposta feita pelo Senador Paulo Paim do Partido do Trabalhadores (PT) do Rio grande do Sul, atemp a revisão das cotas a cada dez anos, o projeto trata também que as cotas sejam adotadas em cursos de ensino superior nas instituições privadas, de acordo com o Senador Paulo Paim, ter o fim na política das cotas, significa "um pesado golpe nas camadas mais necessitadas e discriminadas da população" (Brasil, 2022)

5 CAPÍTULO II - NARRATIVAS PLURAIS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DOS COTISTAS NA UNEB

Neste capítulo abordaremos o processo de inserção na vida universitária dos entrevistados e sua permanência na UNEB do ponto de vista dos egressos cotistas. Os Colaboradores são nomeados com sobrenomes populares, que simbolicamente neste trabalho carregam uma história e remete a um sentimento grupal chamado e conceituado de família. O ano após os nomes-sobrenomes dos entrevistados significará o ano de entrada na universidade. Segue uma tabela com os nomes e ano das narrativas a seguir:

NOME (FICTÍCIO)	ANO DE ENTRADA (VERÍDICO)
Bispo	2003
Ferreira	2003
Santos	2003
Cruz	2005
Pena	2006
Rodrigues	2010

Dentro da vida universitária existem algumas barreiras que vão aparecer no caminho como desafios, nesse caso é a permanência no ensino superior, essa política tem intervenção no trajeto, é sobre saber se irá conseguiu ou não permanecer e ter o sucesso no final do curso acadêmico.

A narrativa de Pena (2006) faz uma crítica a universidade por falta dessa política a época, afirma que não foi fácil permanecer na universidade:

A UNEB se coloca como pioneira, mas quando olhamos, vemos essa dificuldade de avançar do papel para a realidade. A outra coisa, é que não tive acesso a nenhum suporte da universidade nesse período, havia uma política de suporte e permanência com algumas pessoas que conseguiam ficar na residência, mas pra quem não morava lá não tinha. Então você podia morar com seus pais, hipoteticamente, e ainda assim ter uma condição financeira de vulnerabilidade, e a universidade não dava nenhum suporte para essas pessoas, só pra quem vinha do interior e conseguia vaga na residência, o que não era fácil pois as vagas eram muito limitadas. Não havia uma política de assistência, então durante 4 anos foi uma luta diária pela minha permanência, quando eu me formei foi até bom porque eu consegui um estágio ainda na faculdade, que tinha uma bolsa de 250 reais, e fui o primeiro da sala a estagiar na área de urbanismo, estagiava em Camaçari com uma bolsa que era muito baixa, mas que me ajudou muito porque com essa bolsa eu pagava transporte, alimentação que

eu fazia, xerox, tudo isso já vinha da minha bolsa. (PENA, 2006)

As preocupações acerca da permanência na universidade deveriam ser a sustentabilidade da reserva de vagas para negros e negras no ensino superior, estamos tratando das políticas no Brasil. Santos (2012) afirma que mudar significativamente as estruturas educacionais na educação significa re)criar mecanismos políticos de permanência para a população negra, indígena, LGBTQI+, portadores de necessidades especiais na universidade.

“Eu ganhei um prêmio em 2008, era pra ser em 2007 esse prêmio, todo período que eu vivi a Universidade a bolsa serviu para minha permanência, para minha autonomia, porque eu podia viajar, mesmo sendo 200 reais (lembro até o valor), foi muito importante”. (SANTOS, 2003)

Mesmo com os avanços da implementação do sistema de cotas, existem desafios que se acumulam em relação às políticas de permanência para os estudantes universitários. Uma vez que os estudantes entraram por cotas raciais por se identificarem como pessoas negras (pretas e pardas) estamos falando da sua permanência a universidade, entrando na questão de classe evidentemente como um dos fatores associados a raça no Brasil, desta forma, às políticas de permanência é fundamental os estudantes que não podem contar com a família financeiramente para apoiarem nas demandas que surgem em função de uma vivência acadêmica a longo prazo.

Devido à falta de apoio institucional à permanência, os estudantes acabam tendo de criar estratégias para sobreviver ao período universitário. De acordo Heringer, (2018), as universidades têm autonomia para gerenciar as políticas de assistência estudantil de acordo com suas realidades com apoio material, às necessidades básicas, em atividades de apoio pedagógico, aumentando as oportunidades acadêmicas com programas de extensão e pesquisa para que os estudantes consigam ser bem sucedidos na garantia da permanência e sucesso acadêmico. (HERINGER, 2018, p.12)

Ainda na contribuição de Heringer, alguns institutos de ensino superior federais e estaduais têm ocorrido o comprometimento da gestão institucional e a coparticipação das políticas públicas do Estado. Os avanços nas políticas de permanência que são elencados como bolsa auxílio ou permanência; Moradia (residência estudantil ou auxílio moradia); Alimentação, seja com R.U e auxílio alimentação; Transporte, auxílio ou o meio de transporte gratuito e outros tipos de benefícios.

Por outro lado, observa-se que existem outras narrativas sobre a permanência, a fala de CRUZ (2005), relata sobre o pai ter condições de mantê-la economicamente, o que vai de contramão da maioria da população que entra por medidas de cotas, acredito ser um caso de

exceção, o que evidentemente não deveria, famílias negras deveriam ter condições de se manter na universidade pública se tivessem empregos com salários mais dignos.

Então assim, economicamente, ter acesso à Universidade de acordo com a política de cotas mudou minha vida porque eu fiz uma graduação, e aí eu preciso reconhecer também que eu fiz uma graduação a partir de um pai que me sustentou economicamente, então eu consegui me inserir no mercado de trabalho porque eu tive tempo para ler 14 livros e tantos outros livros e tantos colegas meus não tiveram oportunidade. Quantas vezes eu não cheguei em casa: “Pai, vai ter o congresso dos 200 anos da corte no Brasil. Posso ir ao Rio?”. Ai, meu Deus, conheci a Laura de Mello e Souza, o embaixador Fulano de tal, que estava lá no Congresso. Mas porquê? Porque meu pai me bancou, então eu acho que na minha vida eu tive muitas oportunidades, mas na vida de outros, só a política de cotas não é suficiente, é necessário ter um recurso de permanência, porque o problema que o Bonner não trouxe é que a metade dos estudantes adeptos à política de cotas, quando eles entram eles não permanecem, não é porque eles não têm capacidade, é sobre percurso, então, economicamente, o ter acesso à Universidade através da política de cotas ela operou minha vida, porque ela me permitiu ter acesso a um mundo que eu não tinha antes, porque não era comum na minha família as pessoas fazerem faculdade, e eu tive acesso, e eu percebi que eu precisava de uma nivelamento, e eu percebi que eu tive acesso a um mundo que nem todos tem acesso, que é o mundo da pesquisa e da extensão, porque me permitiu outras realidades, as escritas, as publicações. os eventos, o Movimento Estudantil, porque eu fui do DCE, eu era da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, me permitiu fazer essas construções. (CRUZ, 2005)

Ao longo dos anos as políticas de permanência, melhoraram, a medida em que adentrava diferentes camadas sociais e raciais na universidade, ao compreender os encargos sócio históricos dessas pessoas características sócio históricas do ensino superior no Brasil também e das políticas públicas contemporâneas apresentadas para alterar situações vividas pelos estudantes direcionando ações para a diminuição de desigualdades sociais de vários segmentos. Heringer (2018)

A narrativa manifesta a análise dos impactos sociais e afetivos na trajetória de vida, observa-se que ela vincula a vida universitária à vida familiar, destaca como a educação foi meio para ascensão e galgar outros espaços, ela pontua o fato dos pais serem trabalhadores com pouca educação formal quebram barreiras ao priorizar a educação, ocupando o lugar da militância.

Milito na questão racial desde as primeiras séries. Nascida e criada no bairro de Itinga, região metropolitana de Salvador, no município de Lauro de Freitas. Me construo a partir desse lugar enquanto uma pessoa negra, comprometida e criada dentro de todos os processos de subalternização, mas assim, de uma família que apesar de toda a negação, de falta de acesso de tudo, nos construiu a partir deste lugar de nos pensarmos enquanto pessoas negras. Apesar de meu pai e minha mãe não serem militantes ditos formais, nos construiu a partir desse lugar de nos respeitarmos enquanto pessoas negras, de não nos negarmos a partir desse lugar. Com uma mãe trabalhadora doméstica e um pai zelador, a gente teve assim, a vista da Educação como algo primordial para mudança social na vida do filho, e eu infelizmente fui a única a conseguir entrar para a Universidade, passar em um concurso público. Mas eu falo

que muitas dessas coisas possíveis na minha vida acadêmica e na minha vida profissional foi muito por meus irmãos. Minhas irmãs e meus irmãos mais velhos, pra eu conseguir, eles tiveram que galgar outros espaços, tiveram que trabalhar pra que eu pudesse ter o privilégio e a oportunidade de poder estudar. (BISPO, 2003)

A narrativa revela também, como a desigualdade social é injusta, todos e todas deveriam ter acesso à educação, sem hierarquias, processos seletivos e/ou até mesmo provas. Quando Bispo manifesta sentimento na fala em relação a *infelizmente* ser a única, aponta que não deveria ser mérito, e que se importa sobre outras pessoas não terem acesso.

Segundo o historiador Sidney Chalhoub numa entrevista cedida ao Jornal da Unicamp diz que, “A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade.” CHALHOUB (2017)

eu fiz urbanismo, eu tava na periferia de Salvador, do lado de uma ocupação informal, que poderíamos chamar de favela, de comunidade... não houve nenhuma discussão, eu disse: nenhuma discussão sobre a questão racial na produção de cidade, é como se raça e racismo não fossem elementos que conformam o espaço urbano e definem desigualdades. (PENA, 2006)

Entende-se que esta consciência passada de maneira empírica, dá sentido à busca do ser enquanto sujeito social, e faz romper com ciclos que as estruturas sociais desiguais impõem. Obviamente que cada história é filha do seu tempo, a saber de si para si e de si para o outro que a demanda é coletiva.

A narrativa de Bispo afirma que os irmãos precisaram trabalhar para que ela pudesse galgar espaços de cultura, de representação social e política, percebe-se que se é colocado uma responsabilidade além do (lugar da identidade) compreender que foi ela que teve a chance de estudar, e assim o fez, era uma conquista pessoal e coletiva, era por aqueles e aqueles que fizeram caminhos para que ela pudesse ser inserida na perspectiva de uma vida melhor dentro de uma sociedade que define quem vai acessar os espaços de poder na sociedade brasileira.

Eu trabalhava com formação de professores após a graduação. Fiquei um tempo lá, mas depois falei: “não, tenho que voltar para casa né!” Aí você volta com seu currículo e diploma, e aí? vai fazer o quê? Mas assim, eu entrei na Universidade já enquanto mulher negra. Saí da Universidade feminista Negra, mas entrei na universidade como uma mulher negra. Foi muito importante aquela experiência, ter saído de casa, ter ido para uma cidade do interior. Santo Antônio é uma cidade com uma mentalidade bem provinciana, uma galera muito racista. Mas foi bom né, experienciar, vivenciar e encontrar tantas pessoas maravilhosas que hoje são meus amigos e minhas amigas de vida. (BISPO, 2003)

Segundo Cardoso (2014), o feminismo negro no século XX, mostra que as mulheres

negras não tem as mesmas condições das mulheres brancas, pois perpassam por diversas opressões ao mesmo tempo, racismo, machismo, sexismo. Bem como Bispo (2003) mostra em sua narrativa a valorização de saberes subalternos, a partir do feminismo. A narrativa de Bispo evidencia o pensamento de Lélia Gonzáles que traz o binômio da consciência da ideologia, para essa autora é preciso o exercício da memória, a sociedade precisa ser pensada com a estratificação, pensar o sujeito autônomo, dono de sua história, memória precisa estar situada em um lugar de emergência, pois existem hierarquias de poder e dominação que é atravessada pela subjugação dos corpos, para a autora os atravessamentos perpassam por corpo, gênero, linguagem

Os estereótipos referentes às mulheres negras representam as distinções de gênero codificadas pelo racismo através de diferentes discursos, e a sua historicidade é passível de ser apreendida pela investigação. Lélia Gonzalez propõe a investigação desses estereótipos negativos para visibilizar o impacto da violência dessas representações negativas sobre a vida de nós, mulheres negras. As representações negativas das mulheres negras na sociedade brasileira são decorrentes da articulação entre o racismo e o sexismo e se manifestaram de diversas formas. (CARDOSO, 2014. p. 975)

Para tanto, Davis (2009) diz que “O desafio do século XXI não é reivindicar oportunidades iguais para participar da maquinaria da opressão, e sim identificar e dismantelar aquelas estruturas nas quais o racismo continua a ser firmado. (DAVIS, 2009. p. 34)

Minha tia fez ...magistério, que na cidade não tinha, ela foi morar em outra cidade que tinha, que era Santo Antônio de Jesus, passou em um concurso do banco, passou em um concurso para professora e entrou na Universidade, então na família de minha mãe é essa história. Na família de meu pai também, muitos nomes, sobrinhos que fizeram medicina, dois primos meus estudaram na Rússia, naquele período que a gente vivia a Guerra Fria, porque meu tio irmão de meu pai sempre foi socialista, meu tio lutou contra a ditadura, foi preso, torturado. Eu venho da história de uma família que perpassa muitas lutas. Então, eu nasci nessa cidade, essa cidade ver meus primeiros passos, de me tornar uma mulher negra, sendo professora de geografia, mas é nessa cidade que eu vivenciei meus processos de ser professora. (SANTOS, 2003)

E aí vem as cotas: eu estava envolvida nesse debate, e eu acabo tendo uma noção que era pra fazer tudo isso acontecer. Acho que sem o Afrotitude eu não poderia estar te dando essa entrevista e participando do seu trabalho do mesmo jeito, eu entraria pelas cotas, mas se eu não tivesse me envolvido no movimento estudantil, minha consciência política, meu posicionamento, minhas bandeiras que defendo e luto, minha noção de ser uma mulher negra não haveriam. (SANTOS, 2003)

A narrativa evidencia os colegas negando a importância do debate desde a primeira turma do ano de sua entrada na universidade em 2003 como até hoje no doutorado. Como afirma Bento (2002) “Por outro lado, podemos falar em branquitude quando os sujeitos brancos aceitam a importância do conceito de raça enquanto conceito político e interação de igual para

igual.” São reações internalizadas que revelam também sofrimento quando passam a se reconhecer ou não reconhecer em sua identidade.

Se não fosse a minha formação, minha experiência desde a adolescência no ativismo racial. eu sei que não é fácil, eu já teria esmorecido. Estava até falando no doutorado, o pessoal chorando porque tá todo mundo abalado com esse processo todo e eu falei, não, mas é bom chorar, a gente não precisa estar se culpando: “não vou chorar”. Que construções, toda essa militância é construção, a gente nunca fala que é fácil, realmente as coisas para a gente não é fácil! (BISPO, 2003)

Às vezes eu fico ouvindo a galera, “Ah... vou fazer sozinho”. Estava conversando com uma amiga de doutorado, a Dailza, temos trajetórias de vida muito parecidas, e aí eu falei: “e aí Dailza tu vai sair para fazer o doutorado sanduíche? Porque eu só vejo o pessoal do doutorado sanduíche...” Aí eu falava... olha como a estratégia do racismo é tão cruel e nem isso a gente pensa, porque não é uma possibilidade, e não é porque a gente não quer, é que a nossa necessidade de sobreviver é outra. Eu vou colocar no meu currículo um doutorado sanduíche e vou ficar desempregada? Por que ela ainda não tem experiência formal, porque querendo ou não eu sou uma pessoa concursada, e ela não, é um privilégio em sua maioria da branquitude, a galera que em sua maioria nunca trabalhou e nem teve uma vida acadêmica. É como diz o Mano Brown “O mundo é diferente da ponte pra cá”. E é completamente diferente! (BISPO, 2003)

A relação de autoridade afeta a subjetividade, colocando as pessoas negras e indígenas como não pertencentes ao cotidiano das universidades, ao mesmo tempo que não as preparam para adentrar no universo acadêmico, a fala de Santos (2003) relata como a universidade demanda responsabilidades, erros e acertos e o quanto ela sofreu pra entender esse espaço.

O candomblé vai pra Universidade, o quilombo vai pra Universidade, a comunidade vai pra Universidade, então a própria Universidade sofre uma modificação, e eles não estavam prontos para cuidarem de nós, então continuou buscando outras ações fora dela. E por que eu continuei fazendo tudo com cotas? Porque minhas ações deveriam permanecer afirmativas! Então eu não podia deixar de fazer isso, e olha que eu já perdi seleções por isso, se é de cotas não pode entrar. Então eu tenho minha consciência de que a Universidade era um marco, então eu aprendi dentro da Universidade que eu não podia errar, eu sofri muito com isso, e a gente sabe que podemos errar, consertar, melhorar. (SANTOS, 2003)

Muitas pesquisas acadêmicas revelam quadros comparativos entre cotistas e não cotistas, qual seja o de que os cotistas abandonaram os cursos, a permanência não é fácil, ter que custear alimentação, transporte, livros e ou xerox - material didático, sem falar que muitos cursos só podiam ser diurnos, como conseguir trabalho? Se precisam estudar?! As universidades não estavam preparadas para receber pessoas que não ganhavam carro quando passavam no vestibular, é para esse tipo de plano sistêmico classista e racista que as ações afirmativas existem.

Não, eu não era o único negro da turma, tinham várias pessoas negras, mas que foram desistindo. No final eu lembro que tinha eu, Maria, Jorge, José... (pausa) que se formou comigo acho que era a minoria, só vendo as fotos agora porque isso tem uns 10 anos... no mestrado acho que tinha duas pessoas negras só, eram 20 a 24 pessoas, de mestrado e doutorado. Eram apenas 3 pessoas negras comigo, mais uma vez, na cidade mais negra fora da África, na pós-graduação naquela época não tinha cota para negros, só está tendo agora, né, super recente e ainda com dificuldade de implantação. (PENA, 2006)

E foi numa época de muita paciência né, porque pensei aí: a primeira turma então tinha todo aquele olhar né?!, em cima da gente e era tão engraçado que a sala era praticamente uma divisão da galera preta com a “branquidade” da sala. Caso de professor virar para a gente no primeiro semestre e falar que no máximo daquela sala só iriam sair dois doutores, e a gente já sabia né, quem seriam os dois doutores que ele estava falando, né, que era os pseudos brancos da sala. Então foi muito embate assim sabe, era uma galera que não tinha discussão racial então achava que estávamos criando coisa, os professores achavam que a gente era separatista... vivemos isso tudo sabe? Mas para mim, a turma de História em Santo Antônio de 2003 era uma galera muito boa, porque era a galera preta, a maioria que não é doutor ou doutora está no doutorado ou já terminou o mestrado. Dos dezesseis cotistas, acredito que não teve um que não seguiu a carreira acadêmica, porque você sabe né, para a gente o processo é outro. (BISPO, 2003)

Eu lembro de quando eu estava terminando o 3º ano, um professor de química chegou para mim e disse: “Se preocupe não, Aretuza, você não é dessas que faz faculdade. Você é mais do tipo daquelas que vai esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque, você pode ficar tranquila”. Ele assinou a camisa, eu peguei a camisa e pensei “Que abuso!”, eu sempre fui daquele tipo gente ruim que ouve “Você não vai” e aí eu só pensava nisso (risos). (CRUZ, 2005)

Poucos cotistas em sala como Pena (2005) prova em sua narrativa acima e muitas desmotivação e falta de valorização do cotista, é a fala de Rodrigues (2010), Cruz (2005) e Bispo (2003) o que pertence à lógica da não credibilidade e confiança em corpos que historicamente não foram pensados para estar naquele espaço.

Eu penso que não fui aluno de grande destaque durante a graduação, mas consegui concluir o curso de boa, não cheguei a fazer nenhuma prova final, nunca tive nenhum tipo de dependência, então penso que fui um aluno ao menos regular dentro do que o curso esperava. Eu penso que esse é um dos exemplos que demonstram que o aluno cotista, ele precisa apenas da chance de adentrar o espaço, e depois ele vai conseguir concluir o curso de forma satisfatória. Existem pesquisas que demonstram isso, que eles dentro do curso possuem um nível de igualdade e às vezes de superioridade para os demais alunos, justamente por compreender quão importante é aquilo, ele passa se esforçar mais, e tende a se destacar mais. Não sei se respondi bem sua pergunta. (RODRIGUES, 2010)

A narrativa fala sobre a valorização que alunos cotistas têm com o lugar que conquistaram na universidade, de acordo com Bezerra e Gurgel (2011) revelam a existência da força do acolhimento, cujo efeito no ambiente do trabalho e do estudo é circulatório. Esse acolhimento se verifica com o reconhecimento de certos valores próprios do ambiente e nas relações sociais. Neste último caso, exercendo uma forte influência positiva e motivacional que

os cotistas deveriam ter.

E anos depois que isso aconteceu, eu percebi que isso pode ter uma relação com o fato de ser uma pessoa negra, pobre, que veio da roça, do interior, e ia ficar na capa, uma pessoa que se vestia humildemente, com toda essa trajetória que me orgulho muito, vindo de onde eu vim, talvez estar na capa do convite fosse demais para as colegas. Isso não é algo que se eu falar hoje as pessoas vão assumir, e talvez elas não consigam elaborar isso, mas eu acredito que essa negativa tem relação de alguma maneira com o racismo, porque eu era aquela pessoa para que aquele espaço não foi modulado, não foi construído...foi um episódio que eu fui perceber só anos depois, depois de ler sobre fazer terapia, porque não entendi muito bem o que estava rolando. (PENA, 2006)

Então eu tenho minha consciência de que a Universidade era um marco, então eu aprendi dentro da Universidade que eu não podia errar, eu sofri muito com isso, e a gente sabe que podemos errar, consertar, melhorar. Eu fiz a prova do mestrado sem saber nem inglês nem espanhol, o que eu fiz? Fiquei um mês estudando espanhol, lendo textos de Paulo Freire e outros educadores em espanhol... consegui fazer a prova, passei graças à ancestralidade. Porque quando eu vejo minha redação, aquilo quem escreveu não fui eu, sendo bem sincera, então essa é a luta da gente... (SANTOS, 2003)

Fiquei quase um ano sem dar aula, machuquei uma corda vocal dando aula, depois fiz uma seleção e aí fui trabalhar em um bairro muito difícil, com uma realidade muito dura, numa escola de crianças com 6, 7 anos de idade que 3 a 4 meninas já tinham sofrido abuso. (SANTOS, 2003)

Isso não é algo que se eu falar hoje as pessoas vão assumir, e talvez elas não consigam elaborar isso, mas eu acredito que essa negativa tem relação de alguma maneira com o racismo, porque eu era aquela pessoa para que aquele espaço não foi modulado, não foi construído, e aí já quero sentar na janela? Nunca conversei com meus colegas sobre isso, primeiro que eles não vão assumir se for verdade, segundo que não vai agregar nada na minha vida, então não vale a pena um desgaste desse. Isso foi importante para perceber que o racismo, como ele se manifesta, pode não ser explícito, e aí é difícil para muita gente identificar que está sofrendo, então ele pode dizer “Ah, você isso”, te ofender. É fácil a pessoa negar e dizer: “Não, era bom se a frase fosse de um autor famoso”, mas se a frase é boa, e elas aprovaram inicialmente, não importa se era de um autor conhecido se a frase é boa. Então são pequenos gestos que você percebe às vezes, esse foi o episódio que depois de anos eu pude identificar que de alguma forma o racismo tinha atravessado minha trajetória na faculdade, me negando algo. (PENA, 2003)

Para eles, naquele grupo só ela tinha condições de viajar para a Europa, sendo que minha chefe já tinha ido, mas para as pessoas só a colega branca estava neste lugar de possibilidade. Depois conversamos com ela, mas esse foi um episódio emblemático: mesmo nossa profissão ou renda veem nosso corpo, que é visto como pobre, alguém que não vai ser cliente, que esse lugar não é nosso. Esse foi mais um episódio que mostra como o racismo se mostra sem precisar nem ser verbalizado. (PENA, 2003)

O racismo institucional tem características sobre imaginário social e cria estereótipos pré conceituais sobre os indivíduos que fazem parte de determinados grupos racializados. São estas ações inspiradas neste juízo de valor que é compreendido o preconceito racial e social a estarem designados a sofrer aflições. A materialização do racismo é então concretizada pelo fenômeno dessa discriminação racial, e esse ato de discriminar que concede aos coletivos

racionalmente identificados a possuir tratamentos diferentes (DOWNS 2020, APUD ALMEIDA, 2019 p.06).

6 CAPÍTULO III - O PÓS-COTAS: OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA POLÍTICA DE COTAS PARA A INSERÇÃO DOS EGRESSOS NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo apresento análise das narrativas por meio de trajetórias de ex-cotistas, com base em suas próprias falas, ressaltando seus aspectos mais relevantes, proponho a fazer reflexões sobre trajetória familiar, escolar e universitária, em observações as multi identidades que temos ao longo da vida até a inserção no mercado de trabalho pós vida universitária.

As narrativas dos e das entrevistadas revela momentos que emoção é reproduzida por frases entrecortadas, algumas de decepção, outras de crítica e de satisfação, quando temos o contato cara a cara, o olhar das transcrições é muito latente, reler e rever as narrativas por um momento faz com que a intenção seja analítica, como perguntas que deixaram de ser feitas, interrupções/interferências onde não deveria haver e com isso, algumas sensação de arrependimento por não ter feito o trabalho que gostaria de fazer, mas entendo que faz parte os percalços e entendi que precisava ser acolhida e comemorar o tanto que caminhei pra chegar até aqui, assim, abro caminhos para o olhar sobre o outro nas narrativas sobre nós.

“Eu sou a quinta dos seis filhos, e hoje eu tô fazendo doutorado na UFBA, fiz graduação na UNEB em História e fiz mestrado na UFBA e agora entrei na seleção em 2020. Só isso, né?! Dando continuidade às pesquisas, trabalhando, militando, labutando, e nos fortalecendo”. (BISPO, 2003)

A narrativa de Bispo (2003) evidencia a busca pela ascensão por meio da educação do ensino superior, a juventude negra cada vez mais tem mergulhado nesses acessos, legitimando o lugar acadêmico e alterando os currículos, trazendo suas epistemologias por uma série de fatores de classe, raça e gênero a questão de ser oriunda de uma família grande e ser a única a estudar que no tempo presente se encontra em um doutorado, mostra trajetórias múltiplas traçada por cada um de seus irmãos.

De acordo com Carneiro (2006) um olhar feminista e antirracista se dissolve a partir da tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, representa uma nova identidade política, decorrente da condição específica do ser mulher negra. Como retrata a fala da entrevistada, sobre ser mulher e negra:

É bem diferente, a mulher percebe isso talvez muito mais cedo, e eu não posso relatar nenhum episódio de violência e truculência pessoal com relação à polícia, nada com relação à segurança no supermercado, são coisas que me incomodam, mas eu não tenho nenhuma experiência pessoal negativa. Mas você sempre percebe que tem alguma coisa, você vê que causa algum incômodo. E sem dúvida o sistema de cotas

ter entrado na UNEB (a UNEB é pioneira no sistema de cotas graças à antiga reitora Ivete Sacramento), e você perceber que você faz parte desse espaço, que é um dos alunos cotistas... (SANTOS, 2005)

“Os processos de singularização das mulheres negras produziram uma diferenciação entre sujeitos e grupos sustentados na raça e no gênero mulheres e homens, negros e brancos, que denunciam e recusam as condições de privilégio e de poder que estão atribuídos, unicamente, ao polo racial branco Nas trajetórias das mulheres negras há um entrelaçamento de várias estruturas de opressão e desigualdades, sendo que raça e gênero são os principais fatores responsáveis que conduzem as diferenças de classe, por isso que as intervenções políticas e sociais para as mulheres negras devem ter como base as suas intersecções. (Geledés – Goes 2015 Apud Werneck, 2009).

Evidencia a atuação das mulheres negras reconhecendo o pensar como uma abordagem sensível a vulnerabilidades que atravessam os indivíduos e a partir disso também desenvolver estratégias para o combate às desigualdades.

E além do mais, eu acho que a minha formação e a minha família me deram essa bagagem para me reconhecer, e desconstruir muitas coisas que foram construídas desde o passado. Porque infelizmente a gente carrega uma carga pesada, não vou dizer negativa, mas pesada, no sentido de você ser negra, ser mulher, e sobretudo você vir de uma universidade pública, infelizmente as pessoas não acreditam muito em você. (FERREIRA, 2003)

Assim, é preciso pensar políticas públicas que viabilizem e pautem lutas por equidade e/ou igualdade racial, discutindo estas desigualdades nos diferentes espaços. Desse modo, torna-se válido salientar que desde o período da colonização a população negra, herdaram um legado de desigualdade em diversas esferas, os negros foram trazidos de forma obrigatória do continente Africano, e ao longo destes anos o corpo negro feminino foi objetificado, coisificados, explorados e abusado de diversas formas, para HALL (2006):

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente (HALL, 2006, p. 12-13)

Você precisa se provar o tempo todo que você é capaz, porque na hora que você se formar, se você vacilar em algum momento, é aquilo ali que a pessoa vai dizer para você: "Oxente, você fez faculdade? Você não estudou na universidade pública?" Um tom de pele a menos, uma corzinha a menos a pessoa já se acha no direito de dizer pra você que você não fez uma Universidade, ou que você fez, mas não passa disso. (FERREIRA, 2003)

A escravatura foi abolida em 1888 no século XIX e desde então a população negra tem sido colocada em último plano, mas nunca parou de persistir em buscar maneiras para mudar a realidade. No século XX com os avanços da luta política do movimento negro conseguimos galgar espaços, direitos e acesso principalmente à educação, saúde pública e cultura, mas o fato de ser negro no Brasil é motivo de desconfiança, descredibilizada, a sociedade racista invalida nossos corpos e conhecimentos, duvidam e rejeitam, enfatizando que ser negro é cada dia mais difícil neste país.

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. Nisto reside, a nosso ver, a espinha dorsal da violência racista. (SOUZA, 1983, p.2).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia abordou ao longo do que foi apresentado aqui foi possível constatar que o ingresso ao ensino superior, pela modalidade de cotas, impacta na renda, ascensão social e/ou na classe média. O aumento da diversidade étnico-racial no mundo universitário ainda tem efeito simbólico e duradouro, tecendo novas perspectivas para as próximas gerações.

Os cotistas formados evidenciam à ascensão levando em consideração todos os aspectos de história, raça, classe, gênero, cultura, espaço geográfico, os saberes das comunidades tradicionais que atravessam cada cotista, questionam o pensamento eurocêntrico e a descolonização dos currículos educacionais prevendo a o saber de outras epistemologias, e outras produtoras de conhecimento.

Considerando as narrativas dos ex-cotistas, é importante salientar que o fato de sair de uma universidade pública, possibilitou outros caminhos, que se configuram em pretos e pardos ocuparem todos os espaços sociais. Existir e ver negro em qualquer lugar da sociedade é construir percepções de poder.

Nessa concepção, as cotas nas universidades apareceram como uma tentativa de reverter a injustiça que acompanha a história da sociedade brasileira, a qual tem dado certo, mas precisaremos de mais alguns longos anos pela frente.

Domingues (2005) historiador aponta que existe um modelo de cotas que pode ser aplicado, com a reavaliação das mesmas, que seja razoável a todos, ele diz: “- deveria respeitar a porcentagem da população negra do local em que fosse aplicado. Desse modo, o corpo discente da universidade vai representar mais fielmente a composição racial do Estado no qual estiver inserido.” Entrevista cedida a repórter DIAS (2016) para o NEXO Jornal.

A exclusão do negro na universidade foi um problema durante muito tempo, mas com as ações afirmativas provou-se que existem medidas fundamentais pra a colaboração e reparação histórica dessas pessoas. As cotas foram caminhos para que as narrativas afirmarem:

Então, eu nasci nessa cidade, essa cidade ver meus primeiros passos, de me tornar uma mulher negra, sendo professora de geografia, mas é nessa cidade que eu vivenciei meus processos de ser professora. (SANTOS, 2003)

Eu sou professora efetiva do estado (CRUZ, 2005)

Então eu sou essa pessoa que se tornou urbanista... fiz graduação na UNEB, depois fiz mestrado, doutorado, hoje sou técnico de Urbanismo no Ministério Público do Governo do Estado da Bahia, participo de grupo de pesquisa e sou professor substituto da UFBA. (PENA, 2005)

Sou professora formadora de professores e professoras e também trabalho com

formação de militâncias negras aqui na Bahia...e hoje eu tô fazendo doutorado na UFBA. (BISPO, 2003)

As narrativas dos egressos confirmam que os impactos gerados pelas cotas foram positivos e reflexivos, a política de inserção é boa e necessária, mas não o suficiente, em não de reavaliação das políticas de ações afirmativas das cotas raciais, é simbólico abordar sua repercussão dentro da educação e validar as transformações sociais efetivadas por elas através das narrativas.

As experiências dos egressos durante a formação universitária e depois no mercado de trabalho mostram que ser fruto das políticas públicas, desta pesquisa evidenciar que os sujeitos estão todos empregados, nem todos estão na sua área em que formou, porém mesmo com todos os percalços ainda assim todos entendem que as cotas foram necessárias para inserção no mercado de trabalho.

Ainda seguimos com dificuldade a inserção no mercado de trabalho. A abordagem das narrativas presentes neste estudo teve o objetivo de se resultar mais próximo de articular as multi-vivências dos sujeitos ex-cotistas, as análises possibilitaram a partir dos mesmos, que revelam experiências próximas e unitárias.

Foram e são muitas tentativas de invalidar a importância da legislação, ações afirmativas; contudo, as transformações possibilitadas são inquestionáveis. As universidades brasileiras tiveram pela primeira vez na história da educação superior, a diversidade no seu público ao longo desses 20 últimos anos, nos coloca diante de demandas por novos conteúdos curriculares, temáticas de pesquisa e professores. As diversas mobilizações geradas pela presença destes sujeitos estão marcadas por trajetórias que se distinguem daqueles que sempre estiveram de forma inquestionável no ensino superior, a hegemonia/sujeito branco.

Diante de uma população que historicamente buscou apagar a desigualdade racial, observamos os desafios para implementação de legislações direcionadas a reparação dessa desigualdade. A tentativa de fechar a questão racial exclusivamente no debate de classe, mas pudemos observar que, ainda assim, nos deparamos com a efetividade dos seus impactos.

Analisa-se que no processo de implementação, pouco se falou sobre o seu impacto na ciência brasileira, contudo, o Movimento Negro, ao reivindicar esses espaços visualizou uma série de transformações que estão muito além do sujeito no ambiente. Houve, por parte do Movimento, uma percepção sobre a importância da diversidade racial para construção de conhecimento. As epistemologias apresentadas por experiências de culturas diversas serão responsáveis pela edificação do cotidiano universitário democrático, múltiplo e popular e, certamente, ultrapassará seus limites. O direito ao ensino superior, envolve o combate à barreira

do silenciamento historicamente imposto às negras/os e indígenas.

A universidade mudou as epistemologias a partir da entrada desses sujeitos, o que se era excludente, passa a ser pesquisa e estudo, mostrando os protagonismos dos mesmos falarem de si, sobre suas percepções, teorias, culturas, representações populares, política, ao entrar pela aprovação no vestibular via cotas, refazem a vida acadêmica cotidiana das universidades.

Referências

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. Feminismos Plurais. Sueli Carneiro; Pólen, São Paulo, 2019.

ANJOS, Ana Paula Souza do Prado. GUEDES, Marilde Queiroz. Política de cotas da UNEB: ação institucional com ressonância nacional O Social em Questão. vol. 24, núm. 50, pp. 201-220. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas, Autores Associados, 2004.

BENTO, Maria Aparecida Silva. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil /Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

BEZERRA, Tereza Olinda Caminha; GURGEL, Claudio. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. Sustainable Business International Journal, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-22, 2011.

BRASIL, Constituição Federal do. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1788/2021. EMENTA: Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021 Disponível em: PL 1788/2021 — Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 15 jan. 2019.

BAPTISTA, Rodrigo. AGÊNCIA SENADO, **Lei de Cotas tem ano decisivo no Congresso**. Brasília, Distrito Federal, Senado Federal, 2022. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso— Senado Notícias.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei nº 4656 de 2020. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências, para assegurar a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: [PL 4656/2020 - Senado Federal](http://www12.senado.leg.br/projeto-de-lei/2020/02/pl-4656-2020) .

BRUNER, J. Atos de significação. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2002.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Debate Colonialidade do Gênero e Feminismos Descoloniais Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 965-986, setembro-dezembro/2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>>

CARNEIRO, Sueli. Raça e etnia no contexto de Beijing. In: WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa. WHITE, Evelyn C. (org). O livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

CHALHOUB, Sidney. Especial Cotas etnico raciais. Jornal da Unicamp. Texto: Manuel

Alves Filho. Foto: Antonio Scarpinetti. Edição de imagem: Luis Paulo Silva. Campinas/SP, 07 JUN 2017. Disponível em: <[A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub | Unicamp](#)>

DAVIS, Angela. A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

DIAS, Tatiana. Sistema de cotas raciais: inclusão em meio à controvérsia. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/02/24/Sistema-de-cotas-raciais-inclus%C3%A3o-em-meio-%C3%A0-controv%C3%A9rsia>>

DOWNS, Mariana Castro. RACISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER. UNIFACS Salvador - Bahia 2020

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início e uma reparação histórica. ad *In*: doc da Revista Brasileira de Educação. Artigo político. Seção Espaço Aberto. (UNIOESTE) Paraná. 2005.

DUARTE, A. C. A Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2014 (Texto para Discussão nº 147). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 22 de abril de 2014.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. A formação para as relações etnicorraciais e a profissionalização em história, saberes e práticas docentes. FGV, centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do brasil – cpdoc Programa de pós-graduação em história, política e bens culturais doutorado em história, política e bens culturais. Rio de Janeiro. 2013.

GELEDÉS, GOES, Emanuelle. Mulheres Negras em Marcha, esses Passos vêm de longe, NOV. 2015 disponível em: < <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-em-marcha-esses-passos-vem-de-longe/>>

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. Revista de informação legislativa, v. 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001.

GOMES, Nilma Limo. O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política & Sociedade. Dossiê: Movimentos Sociais e Participação Institucional. v. 10, n. 18, abril de 2011.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação Black Movement and education. Rev. Brasileira de educação edição 15, São Paulo -SP Dez 2000.

GONZAGA, Amarildo Menezes. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, Selma Garrido. GHEDIN, Evandro. FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa em educação. Alternativas investigativas com objetos complexos. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP & A,

2006.

HARTOCOLLIS, Anêmona. Os 50 anos das cotas raciais nas universidades dos EUA: o que deu certo e o que deu errado. do "New York Times" e Jornal O Globo 2019.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/os-50-anos-das-cotas-raciais-nas-universitario-e-o-que-deu-errado>.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico Artigo Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil Revista Brasileira de Orientação Profissional jan.-jun. 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p>

JESUS, Rodrigo E. Ações afirmativas, educação e relações étnico-raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento. Paidéia. Belo Horizonte, ano viii, nº 11, 2011.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS

QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais Bauru: USC, 2004.

MATTOS, W. R. Ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.) Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

MATTOS, Wilson Roberto de. SILVA, Kize Aparecida. GUEDES, Ivanilde. 10 Anos de ações afirmativas na UNEB: Desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas 2003 a 2009. Rede Ibero-americana de Inovação e Conhecimento Científico, 2013.

<https://redib.org/Record/oai_articulo2210257-10-anos-de-a-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-na-uneb-desempenho-comparativo-entre-cotistas-e-n%C3%A3o-cotistas-de-2003-a-2009>

SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se negro: A vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*- Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983 (Coleção Tendências; V.4).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Adilson Pereira dos. "Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas" Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. CAVALLEIRO, Eliane. BARBOSA, Maria Inês da Silva. RIBEIRO, Matilde. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. Dossiê 120 anos da abolição da escravidão no Brasil: um processo ainda inacabado • Rev. Estudo. Fem. 16 (3) • Dez 2008.

SILVA, Tatiana Dias. Ação afirmativa e população negra na educação superior: Acesso e perfil discente. Texto Para Discussão Rio De Janeiro, Junho De 2020.

SOARES, Claudete Gomes. Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda. *Política e Sociedade* - Volume II, nº 22, novembro, Santa Catarina. 2012.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIÑAS, Diego. DURAN, Pedro. CARVALHO, Júlia. CNN BRASIL, em São Paulo Junho 2020. Disponível em < [Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil](#) >